

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESENVOLVIMENTO E
APRENDIZAGENS DOS ALUNOS**

EDNA OLIVEIRA DA PAZ

**CAJAZEIRAS-PB
DEZEMBRO – 2010**

EDNA OLIVEIRA DA PAZ

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGENS
DOS ALUNOS

Monografia apresentada à disciplina de Estágio supervisionado em docência do curso de Pedagogia da Unidade Acadêmica de Educação no Centro de Formação de Professores, como exigência parcial para conclusão do curso.

Orientadora: Prof^ª. Ms: Débia Suênia da Silva Sousa

CAJAZEIRAS-PB
DEZEMBRO-2010



P348e Paz, Edna Oliveira da.
Educação inclusiva: Desenvolvimento e aprendizagens dos
alunos / Edna Oliveira da Paz.- Cajazeiras, 2010.
54f.: il.

Monografia(Licenciatura em Pedagogia) Universidade
Federal de Campina Grande, Centro de Formação de
Professores, 2010.
Contém Bibliografia.
Não disponível em CD.

1. Educação inclusiva. 2. Surdez. 3. Escola pública. 4.
Alunos surdos. I. Sousa, Débia Suênia da Silva. II.
Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de
Formação de Professores. IV. Título

CDU 376

Aos meus pais, irmãos, amigos e namorado.
Em especial, a minha mãe, por estar presente
em todos os momentos da minha vida, sendo
eles bons ou ruins.

UNIVERSIDADE FEDERAL
DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
BIBLIOTECA SETORIAL
CAIACELAS - PARAIBA

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu Deus, pois a vitória que hoje recebo devo toda a ele, diante de todas as dificuldades que eu enfrentei durante esses quatro anos. Ele sempre esteve presente em todos os momentos desta caminhada, fazendo-me forte nos momentos de fraqueza, encontrando caminho quando tudo parecia estar perdido.

A meus pais, Maria da Paz Martins (Loló) e João Alves de Oliveira (In memoriam), que mesmo com uma vida simples sempre demonstrou garra em seus ensinamentos, sem eles não estaria aqui. Muito Obrigada.

Aos meus amigos e em especial, Breno, Claudinho, Vivi, Catiacilene, Karielayne e Rosália, que sempre me apoiaram e incentivaram nos momentos difíceis.

Aos meus irmãos Rodrigo, Ernandes e Ênio (In memoriam) pelo amor incondicional e apoio sempre demonstrado, vocês são a razão de minhas muitas alegrias.

Aos meus amados sobrinhos Júnior e Evellyn que mesmo de forma indireta em plena inocência, colaboraram para a realização desse trabalho.

Ao meu namorado por todo o carinho, companheirismo e paciência. Obrigada por tudo.

À minha orientadora, Débia Suênia a quem admiro não só pela inteligência, mas, especialmente, pela paixão e dedicação ao seu trabalho. Agradeço não só pelo papel fundamental desempenhado para a realização desse trabalho, mas pela credibilidade, colaboração e paciência. Muito Obrigada.

Ao diretor, professores e aos alunos da escola campo de pesquisa que muito contribuíram para a elaboração deste trabalho.

A todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para a realização desse trabalho.

RESUMO

O presente estudo centra-se na abordagem do tema surdez, no intuito de promover uma educação voltada a combater o preconceito no âmbito escolar e incentivar os educandos a conviver com o outro respeitando como ser diferente. O estudo apresenta uma abordagem da historicidade dos surdos, da educação inclusiva e as tendências educacionais sobre as aprendizagens das crianças surdas. A educação inclusiva ao longo da história teve uma caminhada árdua até os dias atuais. A visão, em relação à pessoa surda, mudou muito ao longo da história da humanidade. O conhecimento de seus marcos legais é essencial para a construção de uma visão ampla da educação das pessoas com deficiência. A inclusão escolar dos surdos em escolas públicas tem a premissa de que é necessário reproduzir para o surdo as mesmas condições em que o ouvinte adquire a língua oral. A discussão sobre a inclusão de surdos no contexto educacional tem sido campo para inúmeras reflexões, as tendências que foram adotadas ao longo da história dos surdos, e que é preciso entender que não basta apenas que o surdo frequente a escola, mas que seja atendido em suas necessidades. A referida pesquisa foi realizada através das seguintes etapas: a coleta de dados, a observação e a análise de dados. Foi realizada uma entrevista junto a 10% dos alunos da escola. Na análise quanti-qualitativa efetivada por meio de entrevista e observação identificou concepções relacionadas à educação inclusiva. O presente estudo revela que a maioria dos entrevistados concebe educação inclusiva como a oportunidade de pessoas com deficiências serem incluídos nas escolas regulares em todos os sentidos, desde a parte física da escola até a pedagógica. Admitem que a escola para ser inclusiva precisa de qualificação adequada para atender as necessidades dos seus educandos. Entretanto, se faz necessárias ações, uma vez que a educação inclusiva não sobrevive somente de teorias, ela é resultado de uma ação coletiva dentro da instituição escolar. Nela, o educador vê os educandos com um novo olhar. Os mesmos alunos demonstram ainda a necessidade de ampliação do conceito de educação inclusiva, pois alguns ainda associam escola inclusiva com escola exclusiva para crianças com necessidades educacionais especiais. Por fim, os discentes entrevistados consideram que a escola inclusiva é aquela que trabalha com a diferença, primando pela interação, socialização e superação dos preconceitos existentes com alunos que possuem deficiências.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Surdez; Estágio.

ABSTRACT

The present study centers in the boarding of the subject deafness, in intention to promote an education come back to fight the preconception in the pertaining to school scope and to stimulate the educandos to coexist the other respecting as to be different. The study it presents a boarding of the historicidade of the deaf people, the inclusive education and the educational trends on the learnings of the deaf children. The inclusive education throughout history one had walked arduous one until the current days. The vision in relation to the deaf person moved very throughout the history of the humanity. The knowledge of its legal landmarks is essential for the construction of an ample vision of the education of the people with deficiency. The pertaining to school inclusion of the deaf people in public schools has the premise of that it is necessary to reproduce for the deaf person the same conditions where the listener acquires the verbal language. The quarrel on the inclusion of deaf people in the educational context, has been field for innumerable reflections, the trends that had been adopted throughout the history of the deaf people, and that she is necessary to understand that is not only enough that to the frequent deaf person the school, but that it is taken care of in its necessities. The related research was carried through through the following stages: the collection of data, the comment and the analysis of data. An interview next to 10% of the pupils of the school was carried through. In the quanti-qualitative analysis accomplished by means of interview and comment we identify to related conceptions the inclusive education.

The present study it discloses that the majority of the interviewed ones conceives inclusive education as the chance of people with deficiencies to be enclosed in the regular schools in all the directions, since the physical part of the school until the pedagogical one. They admit that necessary inclusive the school to be of adjusted qualification to take care of the necessities of its educandos. However, if it makes necessary actions, a time that the inclusive education does not only survive of theories, it is resulted of a class action inside of the institution school. In it, the educator sees the educandos with a new to look at. The same pupils still demonstrate the necessity of magnifying of the concept of inclusive education, therefore some still associate inclusive school with exclusive school for children with educational necessities special. Finally, the interviewed learning consider that the inclusive school is that one that works with the difference, primando for the interaction, socialization and overcoming of the existing preconceptions with pupils who possess deficiencies.

Word-key: Inclusive education, Deafness, Period of training.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	07
CAPÍTULO I	
1 PROCESSO METODOLÓGICO.....	10
1.1 Sujeitos e local da pesquisa.....	11
1.2 Instrumentos de coleta de dados.....	11
1.3 Análise dos dados.....	12
1.3.1 Caracterização da escola campo de estágio.....	12
1.3.2 Portfólio e o Diário de Campo construídos no Estágio Supervisionado em Docência.....	14
CAPÍTULO II	
2 A INCLUSÃO DE SURDOS NO CONTEXTO EDUCACIONAL.....	15
2.1 Retrospectivas da história da surdez no Brasil.....	16
2.2 Questionando a educação inclusiva.....	18
2.3 Compreendendo a educação inclusiva.....	18
2.4 Tendências educacionais para surdos.....	21
2.4.1 Oralismo.....	21
2.4.2 Comunicação total.....	23
2.4.3 Bilinguismo.....	24
2.5 Língua brasileira de sinais.....	26
2.6 Compreendendo a pessoa surda.....	27
CAPÍTULO III	
3 DELINEANDO AS VIVÊNCIAS ENTRE ESPAÇOS E SUJEITOS DA PESQUISA.....	31
3.1 Os desafios de uma escola inclusiva.....	32
CAPÍTULO IV	
4 ROMPENDO O SILÊNCIO NA ACEITAÇÃO DAS DIFERENÇAS EXPERIÊNCIAS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM DOCÊNCIA.....	36
4.1 Estágio e Docência: Diferentes saberes.....	37
4.2 O estágio supervisionado como eixo complementar na formação do Professor..	39
4.2.1 A avaliação da aprendizagem escolar na construção de conhecimentos vivenciados em sala de aula.....	41
CONCLUSÕES.....	51
REFERÊNCIAS.....	53

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende abordar a importância da integração da educação inclusiva no sistema brasileiro de educação, tendo como fundamentação diversos autores que destacam a importância da inclusão educacional. Desde a década de 90, com a Conferência Mundial da Educação para Todos, houve mudanças significativas na educação mundial. No Brasil muitas ações foram desenvolvidas com base nos propósitos traçados nessa conferência. Foram editadas as Referências Curriculares para a formação de Professores, os Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Básica e a LEI 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Todos esses novos documentos com ideias elaboradas com olhares diferenciados, provocaram e incentivaram a formação em nível superior dos professores, prescrevendo um novo paradigma na educação brasileira.

A integração ou inclusão de alunos com deficiências no sistema regular de ensino tem sido sem dúvida, a questão mais discutida no nosso país nas últimas décadas. Este tema, que por tanto tempo, salvo algumas experiências isoladas, ficou restrito ao debate em congressos e textos da literatura especializada, hoje se torna proposta de intervenção amparada e fomentada pela legislação em vigor, e determinante das políticas públicas educacionais tanto no nível federal, estadual e municipal.

É reconhecendo as mudanças já alcançadas na educação brasileira e a necessidade de cada dia encontrar novos caminhos, que este tema foi escolhido. Ao longo dos últimos anos as escolas sentiram-se obrigadas a acolher e formar crianças com deficiências, mesmo quando estas não tinham os direitos mínimos de acesso garantidos. O fato é que a inclusão é muito abrangente e a escolha desse tema para realizar esse estudo ocorreu por se tratar de uma área interessante e pouco difundida. Partindo da informação de que os surdos não são iguais e que possuem características bem distintas, é importante conhecê-los para ter uma postura profissional adequada de inclusão.

O atraso de linguagem que o surdo experimenta é algo que causa danos sociais, emocionais e cognitivos e que a linguagem não possui apenas a função comunicativa, mas também a função de organização de pensamento, assumindo um papel essencial no desenvolvimento cognitivo nessas pessoas. É necessário entender que a fala não é o único meio que a pessoa com surdez possui para criar significados, mas toda e qualquer forma que envolve significações.

Autores como Brito (1995), Skliar (2005) e Fernandes (1989) acreditam que ao sofrer atraso na linguagem, ocasionado pela perda auditiva, o surdo terá como consequência problemas emocionais, sociais e cognitivos e estes problemas influenciarão diretamente todo o processo de aprendizagem e sua identidade.

Este estudo busca apresentar inúmeras possibilidades que a educação inclusiva pode proporcionar ao aluno surdo, como também é possível mostrar aos profissionais da educação as inúmeras possibilidades de exercitarem seus saberes na construção de práticas essencialmente visuais para surdos, portanto, de fato inclusivas.

No entanto aprofundar os estudos na área de surdez tem como objetivo contribuir para uma educação melhor, acreditando que as adversidades sociais existem, mas não serão motivos suficientes para que essas pessoas tenham seus direitos apoderados. É preciso compreender suas culturas, identidades, comunidades e dificuldades dentro de todo um processo para que a aprendizagem significativa aconteça.

Com esse trabalho pretende-se conhecer a realidade educativa os elementos implicadores na construção da aprendizagem, bem como, melhorar a prática pedagógica procurando despertar para a importância da educação inclusiva, e ainda, socializar experiências com outros profissionais da escola, desmitificar diferenças linguísticas e torna a educação um lugar acessível, permitindo sua permanência no ambiente escolar.

O referido trabalho não pretende esgotar todas as respostas sobre os problemas que se colocam na discussão em relação à educação inclusiva, pretende especificamente discutir a importância dessa educação para o desenvolvimento cognitivo do educando.

O despertar para esta modalidade de deficiência se deu devido a experiências vivenciadas em nossas escolas, essa falta de conhecimento do mundo particular no qual se insere a presente monografia está estruturada em quatro capítulos, que discorre sobre a educação inclusiva.

O capítulo primeiro tem o propósito de apresentar o caminho percorrido na pesquisa, ou seja, o processo metodológico utilizado. Nesse sentido, são conhecidos os sujeitos e o local da pesquisa, como também os instrumentos escolhidos para a sua realização. Acrescenta ainda a caracterização da escola escolhida como campo da pesquisa, revelando peculiaridades físicas, pedagógicas e sociais.

O segundo capítulo apresenta a inclusão dos surdos no contexto educacional, faz-se uma retrospectiva sobre a surdez no Brasil e no mundo, revelando que esse tema sempre foi visto com negatividade, destacando três tendências relacionadas aos Surdos-Mudos: o oralismo, a comunicação total e o bilinguismo. Questionamentos sobre a educação inclusiva

são feitos para a sua compreensão, acrescentando a estes, o conhecimento da língua brasileira de sinais e o lugar que pessoas com deficiências auditivas ocupam na sociedade, uma vez que os surdos apresentam características diferentes entre si e dos demais, muitas vezes são criados estereótipos em cima disso.

O terceiro capítulo vivencia os momentos entre espaços e sujeitos da pesquisa, estimula a reflexão crítica sobre a deficiência auditiva, destaca a percepção dos educandos sobre a educação inclusiva e fornece dados para uma análise sobre a diversidade na escola pública.

O quarto capítulo conclui a monografia, faz uma análise e comparação entre o estágio e a prática do educador. Articulando os saberes e fundamentando a importância do estágio na formação dos professores. Apresenta ainda a relevância da avaliação escolar concebendo as diversas formas de aprendizagens reveladas pelos educandos.

CAPÍTULO I

1 PROCESSO METODOLÓGICO

Este capítulo apresentará a metodologia aplicada para a realização da pesquisa, como uma possibilidade de subsidiar o que será desenvolvido durante a pesquisa. Assim, serão expostos, os sujeitos e local da pesquisa, os instrumentos de coleta de dados, o tipo de pesquisa, bem como a abordagem da mesma, de acordo com os dados.

1.1 Sujeitos e local da pesquisa

Foram sujeitos da pesquisa os alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental “Antônio Meira de Sá”, localizada à Rua Francisco Batista, 130, Bairro da lavanderia, na cidade de Aparecida-PB, com uma amostra de 10% dos alunos de uma sala de aula do 5º ano, do total de 20 alunos. Estes, por sua vez, serão classificados como sujeitos desta pesquisa.

1.2 Instrumentos de coleta de dados

Os instrumentos de coletas utilizados foram a observação e a entrevista, este último é caracterizado pelas perguntas, aplicadas igualmente a todos os entrevistados, permitindo uma análise quantitativa, a observação feita dentro da sala de aula teve o objetivo de fazer comparação com as respostas das entrevistas.

Um instrumento de pesquisa apoiado a outro, fornecerão novas informações para uma compreensão ampla do objeto de estudo.

A pesquisa em sua totalidade, nos dar a oportunidade de conhecermos mais de perto o aluno entrevistado, a sua vivencia e os seus ideais, tornando assim possível uma aprendizagem mútua e de extrema satisfação.

Joutard Apud Santos atenta para a qualidade da entrevista:

Sugere reconhecer a subjetividade do próprio entrevistador como a primeira manifestação do espírito crítico, pois todo historiador lúcido sabe até que ponto ele mesmo se projeta em qualquer pesquisa histórica.(2007 p 9)

Destarte, a entrevista tem suas limitações quanto a sua aplicabilidade motivando o pesquisador a contornar situações em relação a sua subjetividade e método utilizado, ao mesmo tempo, esses obstáculos permitem novos desafios, devendo tomar cuidado na transcrição dos conteúdos para que a veracidade esteja sempre presente. Uma vez participado da entrevista, os entrevistados muitas vezes permite compartilhar sua histórias de vida com o pesquisador.

Com base no compartilhamento da entrevista, Santos relata:

O entrevistador deve estar presente, no sentido de estar inteiramente disponível para o outro naquele momento e assim, poder ouvi-lo, sem a interferência de questões pessoais; ajudar o entrevistado a se sentir à vontade e a desenvolver um bom vínculo, o que pode facilitar para baixar a tensão e obter um bom resultado no processo de investigação. (2007 p 12)

Por fim, ter consciência de que não se pode interferir no momento da entrevista, mas é possível instigar o entrevistado, principalmente se tiver momentos com emoções. Com isso a pesquisa de campo é uma investigação empírica, realizada no campo de observação que fornece subsídios para a sua aplicação.

1.3 Análise dos dados

O estudo ora apresentado tem um caráter quanti-qualitativo, e baseia-se em Matos (2002), quando afirma ser possível em uma pesquisa estabelecer dados quantitativos e qualitativos, pois enquanto um possibilita estabelecer estimativas numéricas de um determinado fenômeno, o outro aprofunda o significado da questão em análise.

Minayo apud Matos e Vieira reforça: “[...] devemos considerar científico não apenas os aspectos quantitativos em uma pesquisa, mas também as variáveis qualitativas, pois estas se completam possibilitam múltiplas interpretações”. (2002, p.36).

A preocupação com a pesquisa, com certeza torna-se mais interessante para um determinado público, o trabalho com os alunos dá oportunidade de refletir, na busca de uma educação igualitária, ou seja, “Preocupou-se com a compreensão, com a interpretação do fenômeno, considerando o significado que os outros dão às suas práticas, o que impõe ao pesquisador uma abordagem hermenêutica”. (GONSALVES, 2001.p.68).

1.3.1 Caracterização da escola campo de estágio

Escola Municipal de Ensino Fundamental Antonio Meira de Sá, funciona os três turnos. Pela manhã, atende os alunos do 1º ao 5º ano. No período da tarde, os alunos de 6º ao 9º ano. No turno da noite, Educação de Jovens e Adultos e o Programa Brasil Alfabetizado. A instituição atende em média 370 alunos.

O quadro de professores da escola é composto na sua maioria por professores efetivos, recentemente concursados e com formação superior.

A escola apresenta alguns problemas de estrutura física, a exemplo de uma biblioteca e sala de vídeo falta de espaço para a realização de atividades pedagógicas como: palestras, gincanas, recreação, práticas de educação física, reuniões de pais de aluno, apresentações artísticas e grande parte dessas atividades são feitas em espaços fora da escola como: ginásio, igreja. A escola apresenta ainda, outros problemas: turmas no período da tarde com superlotação por atender a maioria dos alunos do campo, e o transporte escolar só existe nesse horário, tem um numero alto de distorção idade-ano, o projeto político pedagógico da escola foi iniciado e não concluído ainda.

As reuniões pedagógicas da escola são feitas mensais, e têm como finalidade discutir problemas de ordem administrativa. O planejamento com os professores acontece semanalmente.

A escola tem parceria com a Secretaria de Saúde do município. Os médicos e enfermeiros que atuam no município colaboram com a escola, ministram palestras na escola com temas: saúde bucal, dengue, meio ambiente. E ainda palestras para as mães de alunos sobre a saúde da mulher. Enfermeiros visitam a escola divulgando campanha de vacinação e as atendentes de saúde bucal selecionam os alunos para o tratamento dentário.

Os instrumentos de avaliação mais utilizados pelos professores da referida escola são: provas, trabalhos individuais e em grupos. No que diz respeito à recuperação, se o aluno não obtiver sete na avaliação da aprendizagem, tem direito de fazer outra avaliação para recuperar a nota. No final do ano letivo se o aluno não atingir a média, faz a prova final.

A proposta de ensino da escola é articular os conteúdos trabalhados nas disciplinas do currículo escolar com a realidade dos alunos e que o conhecimento prévio dos alunos sejam levado em consideração e ampliado de forma que atenda as reais necessidades de aprendizagem.

A escola busca a inovação das práticas pedagógicas para a realização de um ensino de alicerce sólido, que promova a igualdade em todos, é a postura mais sensata enquanto profissionais da educação. É preciso valorizar cada oportunidade de crescimento, de fortalecimento e das potencialidades dos alunos.

1.3.2 Portfólio e o Diário de Campo construídos no Estágio Supervisionado em Docência

Durante o Estágio Supervisionado em Docência, construiu como fontes de pesquisa documentais: o portfólio e o diário de campo, a partir das vivências e experiências de sala de aula. No portfólio está todo planejamento das aulas desenvolvidas durante o estágio, desde os objetivos, procedimentos, fechamentos, avaliações e recursos utilizados, apresentando atividades como jogos, brincadeiras, filmes, entrevistas, entre outros elementos, que favorecem a uma aula mais construtiva. O diário de campo, por sua vez, foi construído com os registros narrados diariamente nas aulas, este narra os momentos mais importantes da realização das atividades, que ficaram marcados na memória, e que sendo escritos serviram como referências para fundamentação e enriquecimento teórico deste estudo.

Nesse sentido, entende-se a história oral e as fontes documentais “em especial destacamos a riqueza dos procedimentos oferecidos por meio da história oral e da análise das fontes documentais para a área da educação, como pesquisa qualitativa, pois podem possibilitar o resgate de informações importantes sobre determinados assuntos que se pretende pesquisar” (SANTOS, 2007, p3)

Com base nas fontes documentais e narrativas desenvolvidas durante o estágio, esses instrumentos permitiram analisar as práticas educativas e de ensino dentro do contexto histórico-cultural escolar, como também considerar que não se deve ser concebido enquanto práticas, esses instrumentos auxiliam o discente-estagiário a melhorar a cada aula, transformando os saberes e experiências em memórias pedagógicas.

A pesquisa feita para o estágio tem uma ligação com as narrativas que permite ao educador resgatar sua história de vida, trazendo lembranças como referência na sua atuação profissional. Dessa forma, os procedimentos oferecidos por meio da vivência, possibilitaram o resgate de informações importantes sobre determinado assunto, dando subsídios teóricos metodológicos para o desenvolvimento de uma pesquisa qualitativa em educação.

CAPÍTULO II

2 A INCLUSÃO DE SURDOS NO CONTEXTO EDUCACIONAL

O objetivo desse capítulo é esclarecer sobre quando e como surgiu o tema inclusão escolar no Brasil e no mundo, além da explanação de algumas barreiras que tanto prejudicam os surdos, trazendo reflexões capazes de favorecer uma renovação na prática educativa e no convívio social e fazer realmente a verdadeira inclusão, não apenas organizacional, as atitudinais, esta sendo indispensável ao crescimento do indivíduo com deficiência. O mesmo aborda ainda as tendências educacionais para os surdos e seus pressupostos dentro do processo educacional.

2.1 Retrospectivas da história da surdez no Brasil

Os primeiros passos para iniciar um estudo sobre surdos é conhecer sua história, como também suas tendências, que tem como objetivo entender sua linguagem seu meio social e suas interações interpessoais. A história pode servir de suporte para uma análise crítica das consequências de cada tendência no desenvolvimento científico, político, ético e econômico da sociedade.

A deficiência como fenômeno humano individual e social pode ser determinado em partes pelas representações socioculturais de cada comunidade, em diferentes gerações, ou pelo nível de desenvolvimento científico, político, ético e econômico da sociedade.

A história sempre foi marcada pelas rejeições a estas pessoas com deficiência, através das discriminações, preconceito e segregação. Na antiga Roma existe relato que evidenciam que as crianças com deficiência, eram afogadas por serem consideradas anormais e débeis.

Historicamente, a educação inclusiva no Brasil foi a principio assistencialista, sendo implantada de forma avessa ao que hoje é educação inclusiva, nos primórdios da educação inclusiva as pessoas com deficiência permaneceram à margem da sociedade, e por ela abandonada pelos seus direitos a uma educação igualitária.

O Imperial Instituto de Meninos Cegos, no Rio de Janeiro, foi a primeira instituição brasileira, sob a influência europeia, nos meados do século XX surgem as associações de pais de pessoas com deficiência, como a Pestalozzi e as APAES, destinadas à implantação de programas de reabilitação e educação especial.

A ideia que a sociedade fazia sobre as pessoas com surdez, no decorrer da história, geralmente se dava pelos aspectos negativos, eram vistas de varias formas, através de compaixão, piedade, pessoas castigadas pelos deuses ou até mesmo como pessoas enfeitiçadas, e por isso eram abandonadas ou sacrificadas, vivendo às margens da sociedade sem terem seus direitos assegurados.

Ao Brasil, chegou aqui por volta do ano de 1855 o professor surdo francês Hernest Huet, trazido por D. Pedro II, para iniciar um trabalho de educação para algumas crianças surdas. No ano de 1857 foi criado Institucional Nacional de Surdos-Mudos, que tinha como tendência predominante o oralismo puro em suas disciplinas, com essa tendência em alta pelo mundo, no INES foi proibido o uso da língua de sinais, que sobreviveu nas salas de aula até 1957, como também nos pátios escolares pelos alunos.

Por volta do final da década de setenta chega ao Brasil uma nova tendência para educação das pessoas com surdez, a comunicação total. Já na década de oitenta, outra tendência toma conta das salas de aula, o bilingüismo.

Essas três tendências, todas têm sua relevância para a educação das pessoas com surdez e isso é motivo de vários debates entre os estudiosos e profissionais que as seguem.

A declaração dos direitos humanos (1948) assegura o direito de todos à educação pública e gratuita, defendendo oportunidades educacionais e sociais iguais para todos. A política nacional de educação do Brasil, nos anos 60, tinha a recomendação de interagir no sistema geral de ensino, a educação de excepcionais, como eram chamadas na época as pessoas com deficiência.

Na década de 80, a política educacional brasileira, teve como democratização mediante a expansão do ensino com oportunidade de acesso das minorias à escola pública.

O Brasil fez opção pela construção de um sistema educacional inclusivo ao concordar com a Declaração Mundial de Educação para todos e ano mostrar consonâncias com os postulados produzidos em Salamanca. (Espanha).

Desde a década de 90, com a Conferência Mundial da Educação para todos, houve mudanças significativas na educação mundial. No Brasil, muitas foram as ações concomitantes aos propósitos traçados nesta Conferência. Foram editados os Referenciais Curriculares para a Formação de Professores, os Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Básica e, marcadamente a Nova Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394/96. Todos esses novos documentos, com ideias supostamente inovadoras provocaram uma corrida na formação em nível superior de professores prescrevendo novos paradigmas para a escola como um todo. Um dos pilares defendidos acirradamente no Ministério da Educação é o da Escola Inclusiva, ou seja, uma escola para todos.

Diante de tantos novos pressupostos, de novas leis, de novos paradigmas cabem dois questionamentos importantes: Mas o que é de fato a escola Inclusiva? Quem a faz? A busca por estas respostas ainda é corrente, pois as leis existentes e impõe-se a gestores e corpo docente descrevendo a obrigatoriedade de que a escola não exclua os diferentes. Que eles recebam os mesmos conhecimentos oferecidos aos alunos considerados “normais”. E a partir daí surgem outros questionamentos que não vêm ao caso, mas que insistentemente remetem a cada dia a refletir sobre a atuação em sala de aula, bem como na busca da formação contínua.

2.2 Questionando a educação inclusiva

A educação Inclusiva percorreu um longo caminho para chegar até suas bases atuais. Portanto, o conhecimento de seus pressupostos, bases legais, funcionamento e formação de professores são fundamentais para que se construa uma visão holística da educação das pessoas com surdez.

Neste sentido, compreende-se que a inclusão apresenta como desafio questões que vão desde o conceito de necessidades educacionais especiais até as implicações, sob o ponto de vista social, porque mais do que uma questão legal, de “direita”, ela é uma questão ética. Assim, a escola tem uma grande responsabilidade em se transformar, de fato, em espaço para todos, que de acordo com Skliar “foram mais de cem anos de práticas engeuecidas pela tentativa de correção, normalização e pela violência institucional [...]”. (2005, p.7).

Nesse sentido, as preocupações em torno da vida, da identidade e das diferenças que os surdos possuem foram quase que completamente negadas. Visando essas situações é que nos propomos realizar essa pesquisa para que ela possa de alguma maneira contribuir com o processo reflexivo que deve ser existente na prática pedagógica de cada educador, bem como dos profissionais que auxiliam na organização da escola.

2.3 Compreendendo a educação inclusiva

O conceito de Educação Especial é adotado pelos PCN's da seguinte forma:

Modalidade da educação escolar. Processo educacional definido em uma proposta pedagógica, assegurando um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, e todas as etapas e modalidades da educação básica. (PCN – Documento Adaptações Curriculares para Educação Especial, Brasil, 1998).

Quando se depara com pessoas consideradas diferentes, algumas atitudes revelam não somente as crenças e os valores individuais, mas também o contexto social em que se vive. Por meio de um condicionamento cultural, interioriza-se preconceito e reproduz-se estigma de acordo com cada momento histórico. Dessa forma, a trajetória histórico-cultural das pessoas

diferentes, que recebem o nome, hoje, de sujeitos com necessidades educacionais especiais, reflete-se como desenvolveram os valores da humanidade. Além disso, ajuda a entender os motivos pelos quais um dia condenou-se ao extermínio sujeitos considerados imperfeitos e hoje aprende-se a conviver com a diversidade humana. Em várias épocas a história das pessoas com necessidades educacionais especiais eram abandonadas em locais de isolamentos, prisões, hospitais, etc., sendo essa atitude justificada na cultura, local e momento histórico.

Outro aspecto relevante, ainda sobre o papel social do indivíduo com deficiência está na exclusividade, ou seja, a ele a sociedade só disponibiliza um “script”, limitando assim suas oportunidades educacionais, sociais e afetivas, enquanto as pessoas “normais” possuem uma gama razoável de papéis que podem desempenhar na vida.

Percebe-se que existe muito a ser feito em no sistema educacional para que haja o oferecimento de oportunidades para as pessoas com deficiência. Ainda de acordo com Marques deve-se oferecer apoio a essas pessoas para que possam se realizar pessoalmente e profissionalmente.

O estigma, valor negativo atribuído a uma condição existencial é gerado, na trama de relações sociais, a partir do que é construído ideologicamente acerca do outro, estabelecendo-se o que deve ser normal e anormal, certo e errado, desejável e indesejável. (GOLDFELD, 2001 p 40).

Então, para pensar a escola que se frequenta, tem que pensá-la como um todo, um meio em que valores são ressaltados, em detrimentos de outros. Vive-se em uma cultura que valoriza mais as questões econômicas que as questões sociais. No mundo capitalista, tudo o mais se submete ao capital. Portanto,

A escola é uma instituição social, e como tal é fruto de uma cultura com suas crenças e valores, o que determina normas, regras de comportamento. Os valores formam o sustentáculo da escola. Quando os valores são claros e aceitos funciona harmoniosamente. Os educadores e todos os profissionais ligados à educação, bem como os educandos e seus familiares, de acordo com sua formação, trazem influências próprias que repercutem nas crenças e valores da escola, cristalizando dessa sua cultura. (THOMA, 2005, p.16).

Quando não se reflete sobre estas questões, corre-se o risco de cair na conformidade com essas estratégias de “exclusão”, com as quais certamente não se pode concordar.

A inclusão são possibilidades que surgem para qualificação da educação escolar com o objetivo de melhorar a aprendizagem dos alunos com e sem deficiência. Depende, na maioria das vezes, da disponibilidade dos profissionais da educação para enfrentar as inovações surgidas, e essa condição não é comum a comunidade escolar em sua totalidade. O apoio aos educandos, com essa ajuda todo e qualquer obstáculo pode ser analisado, reavaliado dentro das práticas pedagógicas escolares. Não esquecendo que todo aluno possui dificuldades, sejam elas reais, circunstanciais, físicas, intelectuais ou sociais, todas elas devem ser respeitadas em suas varias maneiras de aprender.

Criar escolas, que atendam a um grande número de alunos com deficiência, requer a formulação de políticas claras e decisivas de integração, necessitando de um esforço para divulgar para a sociedade dos seus direitos em lutar contra os preconceitos e desenvolver atitudes positivas. Será necessário introduzir as mudanças dentro e fora da escola para obter êxito na educação inclusiva.

A escola inclusiva é aquela que oferece ensino de qualidade a cada um de seus alunos, não é só aceitar as pessoas com deficiências, é preciso antes de tudo oferecer qualidade dentro da unidade escolar, sua acessibilidade tem que ser em sua totalidade, se desta forma não ocorrer não será uma educação inclusiva, só assim estarão respeitando a diversidade e potencialidades de cada um.

A construção de uma escola inclusiva necessita a principio, de transformações de ideias e atitudes. O processo de mudança deve ter como base o ser humano, após isso, a escola precisa rever o seu projeto político pedagógico tornando assim ponto de partida essencial para que as mudanças ocorram.

As escolas inclusivas propõem um modo de se construir o sistema educacional que considera as necessidades. A inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente aos alunos que apresentam dificuldades na escola, as apoiam a todos: professores, alunos pessoal administrativo para que obtenha sucesso na corrente educativa geral. (MANTOAN, 1997, p.121).

Nesse sentido, é preciso planejar, organizar, executar e acompanhar os objetivos, metas e ações traçadas em articulação com as demais propostas da escola comum, no projeto politico pedagógico deve ser previsto a organização e recursos para serem implantados dentro

da escola. A democracia se exercita e toma forma nas decisões conjuntas do coletivo da escola e se reflete nas iniciativas da equipe escolar.

A simples aceitação das diferenças e a oportunidade de acesso à classe comum não determinam e nem contribuem de forma consistente para elaboração do projeto pedagógico e não asseguram a inclusão escolar dos alunos com acentuadas necessidades educacionais especiais.

O processo de aprendizagem dos alunos com deficiência necessita de algumas modificações, sendo necessário analisar criticamente as relações existentes na escola, garantindo a aprendizagem e adaptação desses alunos ao grupo.

Portanto, a educação inclusiva, tem como princípio fundamental a igualdade de direitos cabendo a sociedade tornar a escola inclusiva e isso ocorre quando considerar todos com igualdade de valor. Deste modo a inclusão escolar justifica-se no princípio de democracia, sem nenhum tipo de discriminação.

Atualmente a educação inclusiva encontra inúmeras resistências entre muitos, no entanto, para que essa inclusão se concretize, não é suficiente existirem leis que determinem a sua efetivação nem escolas com estruturas adaptadas, há então, que se refletir sobre certos conceitos, como por exemplo, igualdade de direitos, educação de qualidade, para que esta tão esperada educação inclusiva realmente aconteça dentro das escolas públicas.

A educação inclusiva suporta para superação das suas maiores dificuldades, a inclusão devesse acontecer integrada à sua comunidade. Os pais deverão ser os atores essenciais no processo de inclusão da criança na escola, as unidades escolares devem buscar maior qualidade no processo de ensino-aprendizagem do aluno.

2.4 Tendências educacionais para surdos

2.4.1 Oralismo

Na Alemanha, no ano de 1750, surgem as primeiras noções do que hoje constitui a Filosofia Educacional Oralista, estudada por Samuel Heinick, o oralismo acredita ser o ensino da língua oral, que rejeita a língua de sinais, na educação das pessoas com surdez.

Esses métodos ganharam forças a partir do ano de 1860, onde vários profissionais começaram a estudar a linguagem oral utilizada pelos surdos, com essa tendência em alta do oralismo, alguns estudiosos da área começaram a defendê-la se opondo a língua de sinais acreditando que esta seria prejudicial à aprendizagem oral.

Alexandre Graham Bell escreveu forte influência para que o oralismo prevalecesse como a língua oficial dos surdos, em uma votação no congresso Internacional de Educadores, realizado em Milão em 1880, na oportunidade a língua dos surdos ficou oficializado o oralismo e a língua de sinais foi proibida.

A Filosofia oralista visa à agregação da criança surda na comunidade de ouvintes, possibilitando condições de desenvolvimento a língua portuguesa.

Diversos profissionais dessa tendência defendem como a única forma de comunicação para as pessoas com surdez, acreditando que para que haja uma boa comunicação de criança é necessária a oralização.

O Oralismo entendeu a surdez como uma deficiência que deve ser trabalhada pela estimulação auditiva, sendo através dessa estimulação que a criança poderá desenvolver a aprendizagem da língua portuguesa, acreditando que através desse método a criança surda venha a integrar-se na comunidade ouvinte.

O objetivo do oralismo é fazer uma reabilitação da criança surda em direção à normalidade, a “não-surdez” (GOLDFELD, 2001, p.31) com esse objetivo o oralismo abrange diversas metodologias como: audiofonatória, acupídio, dentre outras. Essa prática metodológica tem embasamento teórico diferenciado, possuindo práticas diferentes.

Como afirma Goldfeld “a criança surda (surdez severa/e ou profunda) não tem condições de adquirir a língua oral apenas através de diálogo. Ele necessita sempre de terapia fonoaudiológica que passa a oferecer uma estimulação sistematizada da língua oral” (2001, p.86)

Com esse embasamento técnico por mais que se busque contextualizar o oralismo para as pessoas com surdez, este se dará sempre de forma fictícia, pois, a pessoa com surdez, não dispõe ativamente do sensor necessário para aquisição da língua falada. O ouvitismo não é o mesmo que o oralismo. Enquanto que ideologicamente dominante, o oralismo, na descrição de Perlin, significa

O Oralismo foi e segue sendo hoje, em boa parte do mundo, uma ideologia dominante dentro da educação do surdo. A concepção do sujeito surdo ali presente refere exclusivamente uma dimensão clínica – a surdez com deficiência, os surdos

com sujeitos patológicos – em uma perspectiva terapêutica. A conjunção de ideias clínicas e terapêuticas levou em primeiro lugar a uma transformação histórica do espaço escolar e de suas discussões e enunciados em contexto médico-hospitalares para surdos. (2005 p.59).

O oralismo não permite as pessoas com surdez desenvolver sua identidade. A importância da identidade surda faz se necessária para que essas pessoas possam construir sua identidade, desprendendo-os do oralismo, que é fazer o surdo um ouvinte.

De acordo com Damásio (2007) no oralismo visam à capacitação de pessoas com surdez para que possa utilizar a língua da única possibilidade lingüística, de modo que seja possível o uso da voz e da leitura labial, tanto na vida social, como na escola.

Por isso o oralismo causa déficits cognitivos, levando ao fracasso escolar, dificultando os relacionamentos interpessoais, levando o aluno ao fracasso escolar, dificultando os relacionamentos interpessoais e com a negação a cultura surda e a diferença entre surdos e ouvintes.

2.4.2 Comunicação total

A tendência da comunicação total tem como principal objetivo a comunicação entre surdos e surdos e surdos e ouvintes, enfatizando a aprendizagem da língua oral através dos aspectos cognitivos, emocionais e sociais, a aquisição da aprendizagem utiliza-se recursos espaços-visuais como facilitadores da comunicação.

Os profissionais que seguem a comunicação total percebem o surdo de forma diferente dos oralistas: ele não é visto apenas como um portador de uma patologia de ordem médica, que deveria ser eliminada, mais sim como uma pessoa, e a surdez como uma marca que repercute nas relações sociais e no desenvolvimento afetivo e cognitivo dessa pessoa”. (GOLDFELD, 2001 p.35)

Com isso a comunicação total se opõe ao oralismo, mostrando que o aprendizado da língua oral não garante o pleno desenvolvimento da pessoa surda.

Um dos diferenciais com que se apresenta a comunicação total das demais tendências é que ela defende a utilização de qualquer recurso linguístico, seja a língua de sinais, linguagem oral ou códigos manuais, que facilite a comunicação com as pessoas surdas. Afirmativa feita por Goldfeld:

A comunicação total demonstra uma eficácia maior em relação ao oralismo, já que leva em consideração aspectos importantes do desenvolvimento infantil e ressalta o papel fundamental dos pais ouvintes na educação de seus filhos surdos. (GOLDFELD, 2001, p.39).

Dessa forma a comunicação total apresenta maior eficácia em relação ao oralismo, pois leva em consideração aspectos importantes no desenvolvimento da aprendizagem, mesmo, pois não a trata como sendo a língua natural das pessoas com surdez.

Na comunicação total existe um aspecto bastante relevante que esse método apresenta que é a relação da língua materna da criança surda, onde cada surdo, de acordo com a sua história terá como língua materna a língua oral ou a LIBRAS, mesmo que para a comunicação total não seja importante a aquisição plena de LIBRAS.

Os resultados obtidos com a comunicação total são questionados quando analisado as pessoas com surdez diante dos desafios da vida, onde os textos orais e escritos, linguagem gestual e visual e as interações sociais que são características da comunicação total não demonstram um desenvolvimento satisfatório, reforçando a segregação.

2.4.3 Bilinguismo

O bilinguismo tem como princípio básico que a pessoa com surdez, seja bilíngue, ou seja, que adquira a língua de sinais como materna e como segunda língua a de seus pais, no caso, a portuguesa.

A abordagem educacional feita pelo bilinguismo tem como proposta a capacitar a pessoa com surdez para a utilização de duas línguas no cotidiano escolar e na vida social. O Decreto nº 5.626/05 que regulamentou a lei de LIBRAS prevê a organização de turmas

bilíngues, constituídas por alunos surdos e ouvintes onde as duas línguas são utilizadas no mesmo espaço educacional.

Com base nesse decreto a filosofia bilíngue mostra que os surdos formam uma comunidade com cultura e língua própria.

O bilingüismo rejeita a proposta que as pessoas com surdez devem aprender a língua oral para poder se aproximar o máximo possível do padrão de normalidade dos ouvintes, vale ressaltar que a aprendizagem da língua oral para as pessoas com surdez é importante, mas não é como único objetivo de aprendizagem, nem tampouco como solução para como diminuir as diferenças causadas pela surdez.

A questão principal para o Bilingüismo é o Surdo e não a surdez, ou seja, os estudos se preocupam em entender o Surdo, suas particularidades, sua língua, (a língua de sinais, sua cultura e a forma de pensar, agir, etc. e não apenas os aspectos biológicos ligado a surdez. (GOLDFELD, 2001, p.40).

A língua de sinais é certamente o principal meio de comunicação entre as pessoas com surdez. Segundo Perlin (2005: p56) “os surdos não conseguem dominar os signos dos ouvintes, como por exemplo, a epistemologia de uma palavra. Ele somente pode entendê-la até certo ponto, pois, entende dentro de signos visuais”. Dessa forma as dificuldades das pessoas com surdez para aquisição da oralidade e a escrita, portanto não se pode dizer que não são capazes de aprender, pois isso estaria reduzindo ao seu déficit, sem considerar a escassez na prática de ensino disponível a pessoa com surdez.

O bilingüismo, assim como as outras tendências, não pode ser definido como uma tendência homogênea faz-se necessário que seja percebido por todas as diferentes abordagens em cada tendência, resultando a importância da língua de sinais no desenvolvimento da pessoa com surdez, por ser a única que pode ser adquirida espontaneamente pela pessoa surda, diferentemente da língua oral que necessita de técnicas para ser desenvolvida.

A pessoa surda que desenvolve o Bilingüismo, não sofrerá nenhum atraso, dano no aspecto cognitivo ou emocional que possa decorrer no atraso da linguagem, em virtude da mesma eficiência que uma pessoa adquire a língua oral, assim acontece com a língua de sinais para as pessoas com surdez.

É interessante ressaltar o biculturalismo, a comunidade surda, como todas as minorias existentes, possui cultura própria e a língua de sinais é uma dessas culturas, o biculturalismo se apresenta por estas pessoas fazerem parte das comunidades dos surdos e dos ouvintes,

partindo desse pressuposto o ideal é que as pessoas surdas construam os conceitos e valores das palavras em oposição às outras palavras da mesma língua, com base nas características culturais desta língua.

As posições contrárias a inclusão de alunos com surdez tomam como referência modelos que se dizem “inclusivos”, mas, na verdade, não alteram suas práticas pedagógicas no que se refere às condições de acessibilidade em especial às relativas às comunicações. (DAMÁZIO, 2007, p. 23).

A princípio é necessário fazer a leitura desse movimento político, cultural e também educacional das comunidades de surdos dos ouvintes, esclarecendo os equívocos existentes.

2.5 Língua brasileira de sinais

A língua não é apenas esquema formal, mas tem caráter essencial, criativo e cultural. E expressa a mais exata face das aspirações e pensamento das pessoas surdas. A língua de sinais difere da língua falada por ter um estilo totalmente diferente, ou seja, não se resume a manutenção de símbolos segundo as regras gramaticais, e sim a vez do usuário emitida com o corpo.

As línguas se transformam a partir das comunidades linguísticas que as utilizam. As pessoas com surdez têm necessidades de se integrar à comunidade surda porque é nesse contexto que irão encontrar um bom emprego da língua de sinais. A aquisição da linguagem requer o contato com outros seres humanos.

A educação de surdos no Brasil está aquém do desejado em relação a utilização do bilingüismo. Isso se deve a vários fatores que dificultam a sua aplicação; poucos intérpretes que atenda as necessidades da escola, hospitais e repetição e etc., ressaltando que os programas televisivos são poucos os que utilizam a língua de sinais.

Outra grande realidade é os poucos professores ouvintes que dominam a libras, como também as famílias que além de sua grande maioria não conhecem, como também não dominam.

A propósito, com esse diagnóstico da realidade das pessoas com surdez, é possível compreender e analisar o desenvolvimento global da vida das pessoas com surdez e que muito ainda se precisa fazer diante das políticas públicas para educação de surdos.

2.6 Compreendendo a pessoa surda

A pessoa surda como é vista nos dias atuais, teve grandes mudanças no percorrer da história da humanidade. Sempre existiram debates acerca dos conceitos de surdez, como também dos limites e possibilidades dos surdos comparando-os com os ouvintes, esses debates sempre foram em torno das questões relativas à educação do aluno que apresenta “déficit” de audição nesse sentido, as preocupações em torno da vida, da identidade e das diferenças que surdos possuem quase que completamente negada.

Nas últimas décadas, vem se alinhando um conjunto de preocupações novas concernentes à educação dos surdos, porém, no passado estiveram obrigados a se adaptarem ao modelo social que não correspondia a sua cultura e as suas capacidades, prevalecendo o modelo ouvinte, atualmente são possíveis perceber diversas mudanças diante das concepções sobre a pessoa surda e a importância da sua língua dentro do processo de construção de conhecimentos. Estudiosos da área da surdez concordam que os surdos enfrentam diversas dificuldades ao longo de sua trajetória educacional, sendo a principal delas originárias de suas limitações e conseqüentemente, oral.

Assim Goldfeld (2001), apoiada em Vygostsky e Bakhtin, mostra a importância da linguagem no desenvolvimento cognitivo do surdo, com fundamentação na abordagem sociointeracionista, baseado nas idéias destes teóricos, os estudos sobre a aquisição da linguagem, bem como as relações interpessoais e com o meio social onde o surdo vive, pois eles têm papel imprescindível na construção da identidade do surdo.

A compreensão sobre as características da identidade surda é importante, para definirem adequadamente práticas pedagógicas para os surdos.

A princípio é necessário destacar que os surdos são deficientes dos ouvintes como também diferentes entre si. Portanto, é preciso extinguir a ideia de que as crianças surdas constituem um grupo homogêneo, pois não é bem assim. Existem subgrupos dentro dos grupos de crianças e as diferenças entre elas são, geralmente, maiores que as diferentes

encontradas entre surdos e ouvintes, isso constitui uma ideia básica para compreender bem o surdo e suas peculiaridades.

De acordo com Bueno: “dentro dessa perspectiva o surdo, tal como outros indivíduos pertencentes a diferentes minorias (negro, gay, etc.), deve ser encarado como membro de uma comunidade que sofre daqueles que não o são”. (1999, p06).

Nessa perspectiva, os estudos sobre a pessoa surda estão voltados basicamente para compreender as perdas auditivas como características do surdo, e dependendo do tipo de problema se define o tipo de surdez, diante desta perspectiva os estudos sobre a surdez pode ser sintetizada por três suposições básicas como afirma Bueno:

- De que a surdez, como característica de uma parcela da população, não pode ser encarada pelo ângulo tradicional da medicina que a caracterizou como deficiência;
- Que a surdez acarreta uma diferença básica de linguagem e que a Língua de Sinais deve ser encarada como expressão natural da comunidade surda;
- Que o fato de possuir uma língua própria faz com que os surdos devem ser considerados como uma subcultura diferente da dominante, a cultura ouvinte. (1999, p.6).

As causas da surdez também são alvo de preocupações. Quanto a isto é importante destacar que ela pode ser classificada em:

- Causas pré-natais
- Perinatais
- Pós-natais

UNIVERSIDADE FEDERAL
DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
BIBLIOTECA SETORIAL
CAJAZEIRAS - PARAÍBA

Entre as causas pré-natais têm-se: a rubéola intra-uterina, toxicoplasmose, o citomegalovírus, a diabetes, a sífilis, a irradiação, a hipóxia, o uso de drogas de ototóxicas e o alcoolismo materno.

Com relação às causas perinatais mais comum são: anoxia-hipóxia, parto traumático, parto prematuro, herpes materna.

Com relação às causas perinatais mais comuns são: hipóxia, anóxia infecção, critroblastose fetal e sarampo, caxumba, meningite, encefalite, além de exposição a ruídos ou pressões intensas e acidentes. É possível acrescentar, a surdez adquirida através da idade avançada, como outra causa de surdez.

O período em que ocorreu a surdez é um aspecto que também precisa ser compreendido. De acordo com o momento podemos entender a surdez como: pré-linguística ou pós linguística. A surdez pré-linguística é caracterizada pela ocorrência da perda auditiva

antes do desenvolvimento da linguagem oral, pela criança. A surdez pós-linguística é a que surge depois do desenvolvimento da fala e da linguagem. Quando mais tarde ocorre a perda auditiva maior o desenvolvimento da linguagem oral. Nestes casos, a fala já construída fica consolidada.

Além desses aspectos de cunho fisiológico, há outro aspecto que merece consolidações e que nos últimos anos vem assumindo lugar de destaque dentro dos estudos de surdez. Trata-se das identidades surdas. É esse elemento que vem somar-se aos demais dando mais possibilidades de compreensão da pessoa surda, sobre tudo pela sua natureza sócio-antropológica.

De acordo com Hall (1997) citado por Perlin, um dos conceitos de identidade cultural bastante utilizado pelos estudiosos atuais é o de que a identidade hoje não pode ser vista como uma interpretação fechada, estática, fixa, pronta, mas como algo em construção, portanto, plural, dinâmico, múltiplo e contraditório (In SKLIAR, 2005).

No caso da pessoa surda, os estudos feitos por Perlin, identificaram a existência de pelo menos cinco categorias diferentes de identidades surdas, comparando a presença da heterogeneidade da contrição dos grupos. As identidades surdas são classificadas da seguinte forma:

- a) Identidade surda política: trata-se de uma identidade que se sobressai na militância pelo específico surdo. É a consciência surda de ser definitivamente diferente e de necessitar de implicações e recursos completamente visuais.
- b) Identidades surdas híbridas: são surdos que nasceram ouvintes, e que com o tempo se tornaram surdos.
- c) Identidades surdas de transição: Estão presentes na situação dos surdos que foram mantidos sob o cativeiro da hegemonia experiência ouvinte e que passam para a comunidade surda, como geralmente acontece.
- d) Identidade surda incompleta: É o nome que dado a identidade surda apresentada por aqueles surdos que vivem sob uma ideologia ouvintista latente que trabalha para socializar os surdos de maneira compatível com a cultura dominante.
- e) Identidades surdas flutuantes: Elas estão presentes onde os surdos vivem e se manifestam a partir da harmonia dos ouvintes. Estas identidades são interessantes porque permitem ver um sonho “consciente” ou não de ser, porém, vítima da ideologia ouvintista que segue determinando seus comportamentos e aprendizados. (PERLIN, 2005, p.63-65).

De acordo com as ideias apresentadas até o momento é possível compreender que os surdos não compõem um conjunto homogêneo com características comuns. Pelo contrário possuem diversas diferenças entre si quanto às existentes entre todos os grupos humanos. Portanto, ao pensar numa metodologia de atendimento aos surdos é preciso analisar as

características a que cada um se enquadra dentro de suas identidades e culturas que os mesmo apresentam.

Dessa forma, a surdez pode ser compreendida como uma diferença a ser politicamente reconhecida, e o surdo como um ser de uma experiência visual e possuidor de uma identidade múltipla ou multifacetada que reclama um olhar diferente, mas não de estereótipos, exigindo respeito, principalmente por ser pessoa.

CAPÍTULO III

3 DELINEANDO AS VIVÊNCIAS ENTRE ESPAÇOS E SUJEITOS DA PESQUISA

O presente capítulo tem como escopo mostrar os dados analisados dentro da concepção dos alunos sobre educação inclusiva, onde uma escola que não trabalha a inclusão, arrisca-se a viver as margens de uma educação contemporânea, sem oportunidades de conviver com a diversidade humana, e enriquecer as relações inter-pessoais, deixando de oferecer oportunidades para novas aprendizagens.

A inclusão escolar permite que a escola e os alunos participem ativamente do processo ensino-aprendizagem, onde são únicos, com compreensões diferenciadas, que permitem a singularidade de cada um.

Neste capítulo é possível ver que a diferença favorece os diferentes tipos de aprendizagens para a socialização e equidade entre os cidadãos. Os professores são parte fundamental dentro desse processo de inclusão, é através deles que parte desse processo se constrói, a prática permite mudanças, nas ações de viabilizar desenvolver as potencialidades dos alunos.

3.1 Os desafios de uma escola inclusiva

Os dados analisados entre os alunos objetivou identificar o entendimento dos mesmos sobre a inclusão escolar.

Para os alunos entrevistados, a temática inclusão escolar, não se constitui em algo estranho à sua realidade, ao perguntar sobre o que é educação inclusiva, um aluno respondeu: “é quando a escola aceita uma pessoa diferente na escola para estudar, ajudando ela, a saber, ler e escrever”. (Discente1, 5º ano, entrevista, 05/11/2009).

Ainda referente ao que seja educação inclusiva, alguns deles responderam que se trata de “uma escola para deficientes”, outras citaram que é “incluir pessoas que tem problemas físicos para estudar”.

Nesse sentido, pode-se inferir que, ainda nessas afirmações, a visão de educação inclusiva precisa ser ampliada e trabalhada de forma mais abrangente, que a educação inclusiva não se restringe apenas para as crianças com deficiência física, que esse conceito ainda é restrito. É preciso falar em inclusão para toda comunidade escolar como algo possível a partir de uma convivência entre as pessoas com deficiência e as pessoas fitas normais, é preciso quebrar determinados discursos pré-estabelecidos, as entrevistas mostram que é preciso um debate mais amplo para lidar com o processo de inclusão dentro da escola. Referente a essa questão Feltrin pontua que:

Evidentemente, quando se fala em escola inclusiva não se fala apenas das Unidades que se arriscam a receber alunos com NEE, mas de todo o sistema que, também na prática, deveria ser inclusivo, dispor de recursos materiais e humanos para o atendimento conveniente dos alunos. (2006 p. 63).

A escola que não pensa a inclusão como um desafio a ser enfrentado e resolvido corre o risco de conviver com a exclusão funcional, onde a educação inclusiva pretende que todos os alunos com as mais diversas capacidades e potencialidades, possam aprender juntos.

Quando a escola realiza o papel de receber indivíduos com deficiências, ela reconhece que há diferenças nas possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento dos seres humanos, e enriquece seu conhecimento do processo educacional.

Dentro do processo de inclusão, a cooperação entre profissionais e familiares é essencial, essa interação é importante para a realização do processo educacional, se não

houver essa cooperação e interação todo o trabalho realizado na escola será desfeito em casa pela família.

A educação inclusiva concede a escola como um espaço de todos, no qual os alunos constroem o conhecimento segundo suas capacidades, expressam suas ideias livremente, participam ativamente das tarefas de ensino e se desenvolvem como cidadãos, nas suas diferenças.

Dentro do questionamento sobre escola inclusiva, um discente relata:

A escola precisa melhorar para que os alunos deficientes possam estudar melhor, fico preocupado quando eles não conseguem fazer tudo o que a gente faz, principalmente quando eles ficam querendo aprender e tem dificuldades. (Discente 2, 5º ano, entrevistado em novembro de 2009).

A inclusão escolar impõe uma escola em que todos os alunos inseridos tenham o direito de participar ativamente do processo escolar, segundo suas capacidades, e sem que nenhuma delas possa ser motivo para uma diferenciação que os exclua das suas turmas, como afirma Mantoan:

Os encaminhamentos dos alunos às classes e escolas especiais, os currículos adaptados, o ensino diferenciado, a terminalidade específica dos níveis de ensino e outras soluções precisam ser indagadas em suas razões de adoção, interrogados em seus benefícios, discutidos em seus fins, e eliminados por completo e com urgência. (2007, p. 6).

Quando se entende esses processos de diferenciação pela deficiência, é perceptível as discrepâncias com as escolas especiais, e que se apresentavam como soluções privilegiadas para atender às necessidades dos alunos. As escolas devem receber esses alunos como únicos, singulares, mutantes, com uma compreensão que eles diferem uns dos outros.

A escola inclusiva é também a escola das diferenças, a atual pedagogia tem com mote questionar, colocar em dúvida, discutir e reconstruir práticas que têm mantido a exclusão dentro dos processos de ensino- aprendizagem, onde a escola comum se torna inclusiva quando reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo buscando a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas, tarefa que não é

fácil, que também não tem resultados imediatos, que requer mudanças que vão além da escola e da sala de aula.

A escola ao abraçar esse trabalho, terá que encontrar soluções próprias para os seus problemas, as mudanças necessárias não acontecem por acaso, fazem parte da vontade coletiva da escola, para atender a todos e atender bem, mudanças que devem estar expostas no projeto político pedagógico e ser vivenciadas a partir de uma gestão democrática. É ingenuidade achar que ser escola inclusiva é aceitar apenas o aluno com deficiência em sua unidade escolar. É preciso enfrentar os desafios de mudanças e assumir um papel mútuo juntos num só objetivo, que é auxiliar as pessoas com necessidades especiais a se inserir com os demais que formam a comunidade escolar.

A organização escolar afeta os processos de ensino e de aprendizagem, os horários, rotinas, espaços arquitetônicos, influenciam em um bom aproveitamento de todos, sendo necessária uma entrega, uma disposição grupal, uma equipe escolar em busca de uma mudança educacional, sendo necessário dar qualidade aos que buscam a escola, neste sentido é possível observar a fala do discente diante de suas necessidades. Como afirma o discente, que relata as necessidades dessas adaptações para um bom desempenho no processo de ensino-aprendizagem, quando diz:

É preciso alargar as portas, construir rampas, melhorar o banheiro para que nossos amigos possam estudar e aprender mais, eles são especiais e merecem tudo isso, porque assim fica mais fácil andar com eles pela escola. (Discente 3, 5º ano, entrevistado em novembro de 2009).

É possível ver na fala do discente que a inclusão favorece o trabalho com a diferença e abre espaço para a interação, socialização e superação dos preconceitos, a partir do momento que a escola reconhece sua função social e possibilitam aprendizagens diversificadas na formação de cidadãos igualitários, as verdadeiras transformações ou mudanças só são possíveis acontecer quando verdadeiramente as pessoas forem tocadas pela experiência.

As mudanças ocorrem apenas por colocarem em práticas maneiras diferentes de ensinar, só é possível acontecer mudanças quando os professores se propuserem a viver isso, ao contrário do que muitos educadores pensam e fazem, as práticas escolares inclusivas não implicam um ensino adaptado para alguns alunos, mas em um ensino diferente para todos, em que todos indistintamente tenham condições de aprender, de acordo com suas próprias

potencialidades, sem discriminações e adaptações, as aprendizagens devem acontecer de forma igualitária respeitando a diversidade de cada aluno com deficiência.

CAPÍTULO IV

4 ROMPENDO O SILÊNCIO NA ACEITAÇÃO DAS DIFERENÇAS: EXPERIÊNCIAS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM DOCÊNCIA

O presente capítulo tem como objetivo analisar e comparar a prática do estágio, e que fatores contribuem para a formação do acadêmico, fazendo considerações a cerca de sua importância, analisando o estágio como eixo integrador na formação do docente interligando os saberes teóricos. O estágio é um momento de aprendizagem indispensável a um profissional que deseja vivenciar os desafios da sala de aula, nele está à oportunidade de colocar em prática todo o seu referencial teórico, compreender as especificidades da profissão e conhecer a realidade do dia-a-dia, da profissão que o acadêmico escolheu para exercer. Este capítulo apresenta-se distribuído por etapas vivenciadas durante o estágio, e assim permitindo ver e analisar as aprendizagens desenvolvidas pelos alunos. Deste modo, a elaboração dos conhecimentos por parte dos professores acontece através da reflexão, análise e problematização das questões surgidas no dia-a-dia. E principalmente na fundamentação entre teoria e a prática, onde professor produz os seus conhecimentos nas ações vivenciadas mediadas pelos conflitos da prática social externados no cotidiano escolar, permitindo reflexões onde envolve professor e aluno.

4.1 Estágio e Docência: Diferentes saberes

Neste estudo, procurou-se estabelecer um diálogo com a realidade encontrada na sala de aula, campo de estágio, ou seja, a prática efetiva desencadeada por meio da inclusão dos alunos com deficiência, inicialmente, destacando neste trabalho a surdez procurando nas observações feitas as razões que forneçam sustentação ao processo de inclusão e o confronto com a realidade encontrada. Porém, o aluno com surdez que fazia parte da sala de aula, campo de estágio, não estava mais presente na unidade de ensino, durante a realização das atividades.

Assim, no presente capítulo pretende-se aprofundar as discussões sobre a inclusão no contexto do ensino regular, a partir de uma aproximação entre as reflexões provocadas pelo discurso acadêmico e sóciopolítico a favor da Educação Inclusiva e a sua sustentação legal por intermédio dos tantos discursos em defesa das pessoas com deficiência.

Apesar da inclusão do aluno com deficiência na escola ser um direito garantido pela atual legislação, muitos preconceitos ainda se faz presente dentro da escola. Muitos dos preconceitos existentes decorrem da ignorância, superstição e medo, frutos de uma construção histórico-social distorcida sobre a pessoa com deficiência.

Aceitar um aluno com deficiência numa sala de aula comum permite diversas mudanças, principalmente nas atividades de ensino. Dessa forma, para os professores do ensino fundamental que não têm visão e nem vivência com a realidade da Educação Especial, torna-se, no mínimo, complicado entender o ensino inclusivo, levando muitas vezes a rejeitarem os alunos, pela falta de domínio com a situação apresentada.

A tentativa de falar um pouco sobre inclusão foi colocar como esta temática vêm sendo apresentada atualmente e o que representa. Ao tomar como base a sociedade, constata que a mesma, em todas as partes do mundo e em todas as épocas, sem qualquer exceção praticamente, colocou e assim permanecerá deixando à margem dessa sociedade certos tipos de indivíduos que dela poderiam fazer parte.

Como afirma Silva quando diz:

Preconceitos e medidas discriminatórias existem concretamente contra quase todos os tipos de anormalidades ou anomalias, muito embora essas atitudes apresentem tonalidades de ênfase diferente, pois a maioria das pessoas não tem contra os deficientes a mesma espécie de preconceitos, que alimenta contra certos grupos religiosos, raciais ou desfavorecidos (1996, p. 363).

Para melhor compreender as origens dessa dificuldade que as pessoas têm para lidar com a inclusão, é preciso conscientizar-se que existe um padrão de normalidade socialmente construído. As pessoas são diferentes, e ser diferente, portanto é próprio da natureza humana. No entanto essas diferenças muitas vezes acarretam a exclusão de um determinado grupo de pessoas fazendo com que esse “diferente” seja colocado de lado.

Utilizando-se da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), considera-se escola inclusiva aquela que “reconhece e satisfaz as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos...”.

Normalmente todos os professores da escola, durante grande parte de sua vida no magistério, utilizam a linguagem oral, o quadro-negro e o atendimento individualizado, quando necessário.

As atividades desenvolvidas durante o estágio estavam relacionadas com a inclusão escolar dos alunos, durante esse período foram aplicadas atividades que levaram os alunos a discutirem sobre o tema, o trabalho com a inclusão é um processo gradativo que requer compreensão com os educandos, elaborando significados e buscando caminhos diferentes que podem ser utilizados para que as pessoas com e sem deficiências tenham a oportunidade de avançar na construção do conhecimento e na escolaridade. Os resultados durante o estágio foram significativos para os educandos.

O estágio é um momento de aprendizagem indispensável a um profissional que deseja vivenciar os desafios da sala de aula, está à oportunidade de confrontar teoria e prática, aprender as especificidades da profissão, conhecer a realidade do dia-a-dia, na profissão que o acadêmico escolheu para exercer. À medida que o acadêmico tem contato com as tarefas que o estágio lhe proporciona, começa então a assimilar tudo aquilo que tem aprendido e até mesmo aquilo que ainda vai aprender teoricamente. Segundo Pimenta e Lima (2004) o estágio é o eixo central na formação de professores, pois é através dele que o profissional conhece os aspectos indispensáveis para a formação da construção da identidade e dos saberes do dia-a-dia. Sabemos que pedagogicamente o aprendizado é muito mais rico quando é adquirido por meio da experiência. Temos muito mais êxito ao aprendemos na prática do que ao aprendermos lendo ou ouvindo. O fazer diário é compreendido com muito mais eficiência. Durante o estágio é possível distinguir aquilo que precisamos aprender e aperfeiçoar. É possível identificar as falhas, onde o estágio é o momento certo para aprender com os erros. Será também possível comparar a qualidade do ensino que se tem e o que se deseja de acordo

com as dificuldades enfrentadas. Neste sentido Pimenta e Lima (2004) afirmam que o professor é um profissional que ajuda o desenvolvimento pessoal e intersubjetivo do aluno, sendo um facilitador de seu acesso ao conhecimento. De acordo com a assertiva, os resultados do aluno acontecem de forma incontestável com a participação do professor.

A construção dos conhecimentos por parte dos professores acontece através da reflexão, análise e problematização das questões surgidas no dia-a-dia. Assim, esta produção acontece no ato em que se identificam os obstáculos e as soluções serão encontradas dentro dos problemas vivenciados. Para o autor, o professor produz os seus conhecimentos nas ações vivenciadas por ele e não num ato que a preceda.

Nesse sentido, Pimenta afirma:

Assim, encontramos em Schön uma forte valorização da prática na formação dos profissionais; mas uma prática refletida, que lhes possibilite responder às situações novas, nas situações de incerteza e indefinição. Portanto, os currículos de formação de profissionais deveriam propiciar o desenvolvimento da capacidade de refletir. Para isso, tomar a prática existente (de outros profissionais e dos próprios professores) é um bom caminho a ser percorrido desde o início da formação, e não apenas ao final, como tem ocorrido com o estágio. (2002, p. 20).

Essa contribuição dentro da formação dos professores dá suporte para os mesmos serem capazes de atuarem em situações inesperadas, levando o ensino a sua prática social. Desta maneira, a formação docente deve ser planejada, sempre levando em consideração as situações problemas que surgem no cotidiano.

UNIVERSIDADE FEDERAL
DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
BIBLIOTECA SETORIAL
CAJAZEIRAS - PARAÍBA

4.2 O estágio supervisionado como eixo complementar na formação do Professor

Partindo da compreensão de que o estágio supervisionado é o eixo central da formação docente no curso de docência, recorre-se a Pimenta e Lima (2004). Para elas, o eixo central da formação docente é o estágio. E a partir dele ligamos os saberes práticos e teóricos. E esta ligação contribui positivamente para identidade do profissional docente.

Para as autoras acima mencionadas, os estágios supervisionados permitem reflexões – envolvendo professores e alunos – sobre a identidade do docente. Dentro dessa visão, o aluno detém conhecimentos teóricos relacionando com seu dia-a-dia, e ao fazer isto, aprende como

utilizar esses conhecimentos ligando teoria e prática. Este exercício possibilita também o estagiário refletir sobre a preparação – planejamento – do estágio e sua execução. Dessa reflexão se pensa no objetivo do estágio supervisionado.

Para a construção dessa identidade os professores também devem valorizar a interdisciplinaridade. Neste aspecto, é importante perceber que os aspectos da psicologia social que vê na formação um processo lento e contínuo que se caracteriza pela atuação dos indivíduos dentro da sociedade, levando em conta as condições sociais e institucionais em que ocorre a ação do indivíduo. A construção desta identidade do docente se constitui pelas relações sociais e o conjunto das identidades individualizadas que forma a sociedade. Desta forma, é papel da universidade criar condições para um estágio coerente com as teorias estudadas. Ou seja, a universidade não vai determinar a identidade profissional do futuro docente, mas através dos estágios supervisionados ela pode conceder elementos para que haja uma articulação dos saberes teóricos e práticos e desta articulação nascer as condições para a formação do docente.

Em relação aos estágios supervisionados como o eixo central dos saberes teóricos e práticos, observa Campos (2007) que diz que a teoria é sempre proposta como um instrumento que ajuda a olhar a apreender o real e que a prática é o ponto de partida da investigação. Dela surgem as questões, as necessidades e as possibilidades, ou seja, a prática traça os caminhos a serem percorridos pelo profissional docente. Para a autora, o olhar investigativo do aluno ou do docente sobre o cotidiano é construído a partir do conhecimento que se tem e que a aquisição de novos conceitos, surgindo novas interpretações sobre o cotidiano.

Dessa forma, identidade docente nasce pela articulação dos saberes vividos nos estágios, onde teoria e prática não se separam. Nesta perspectiva, Pimenta *Apud* Campos (2007), considera o estágio curricular como um espaço para as atividades que os alunos deverão realizar durante sua formação universitária, junto ao seu campo de atuação profissional futura. É por esta razão que o estágio é compreendido como a parte mais prática da formação, sem deixar e ver a dualidade entre o estágio e os saberes teóricos e nem entre saberes teóricos e a prática, ambos se entrelaçam na formação do docente contribuindo para a sua identidade profissional.

Neste mesmo sentido, Riani *Apud* Campos conceitua o estágio:

[...] Como a síntese dos estudos do aluno, suas experiências profissionais, concepção de mundo, de homem e de desenvolvimento social. Conforme essa visão o estágio supervisionado não deve ser considerado como uma atividade isolada, neutra, descontextualizada do processo educativo em sua totalidade. (2007, 83).

Portanto, fica claro que os estágios supervisionados não devem ser trabalhados apenas num determinado momento da formação docente do aluno universitário, mas ao contrário, devem estar presentes em toda a sua formação para evitar uma possível divisão de conceitos entre estágio e conhecimento teórico, haja vista que estágio não deixa de ser também conhecimento teórico.

Campos (2007) entendem os estágios como uma atividade fundamental e inegavelmente significativa, pois é capaz de otimizar a profissionalização do estudante e estabelecer canal que possibilita a interação mútua entre a Universidade e a Comunidade em que se insere o aluno. Partindo dessas considerações, a identidade profissional do docente também deve levar em considerações algumas exigências existentes na sociedade para o desenvolvimento social, razões estas que a universidade só não realiza necessitando da interação entre academia e sociedade. É o estágio que é permitido ao aluno se projetar para a docência a partir da interação entre academia e comunidade tendo como base a síntese dos saberes num processo contínuo de apreensão de conhecimento.

4.2.1 A avaliação da aprendizagem escolar na construção de conhecimentos vivenciados em sala de aula

Faz-se necessário aqui elencar algumas experiências vivenciadas durante o Estágio Supervisionado em Docência, que tiveram papel fundamental no enriquecimento da atividade enquanto docente, mesmo tendo a experiência da docência em outro segmento educacional vivenciar o estágio foi um momento único de aprendizagens.

Na fundamentação deste capítulo, buscou-se aporte para compreender os diferentes níveis de aprendizagem que os alunos desenvolveram com as atividades dentro da sala de aula.

Foram elencadas alguns aspectos que demonstram as diferentes faces da aprendizagem dos alunos, mediadas pela execução das atividades durante o Estágio Supervisionado em Docência, foi possível observar o desempenho dos alunos nas atividades individuais e em

grupo, realizadas na sala, onde foi acompanhado as potencialidades e dificuldades encontradas durante a realização das atividades, tudo isso feito com subsídios no processo avaliativo contínuo.

Um dos aspectos em que se pode narrar o desempenho dos alunos em face as atividades realizadas em sala, durante o período do estágio. Nesse aspecto os alunos demonstraram muito interesse em realizar a maioria das atividades, fossem elas tanto as individuais ou em grupo, nos momentos de explanar os conceitos ou mesmo introduzir os conteúdos foi possível apreender a atenção de todos, pois demonstravam um grande interesse na realização das atividades, em suma todos conseguiam desenvolvê-las com êxito, existindo uma disputa saudável entre os mesmos na busca de apresentar a solução correta para os exercícios propostos, isso também era notável em relação aos demais que eram solicitados para fazerem em casa, e isso por influenciava de forma significativamente aprendizagem dos mesmos.

Dentre tantas atividades realizadas, é preciso relatar algumas que foram muito exitosa em seu desenvolvimento e que foi vista de forma significativa dentro do processo da aprendizagem, quando se propôs a trabalhar com dinâmicas, dessa forma trazendo o lúdico para a sala de aula, viu-se deslumbrar um interesse maior por parte dos alunos, então a aprendizagem fluía com uma maior facilidade em sua compreensão, que tinha o objetivo de facilitar o entendimento dos alunos em relação aos componentes curriculares trabalhados em sala, como também os recursos utilizados, tudo isso facilitou a aplicação das aulas, sempre com bons rendimentos, levando-os a participarem mais efetivamente.

Nesse sentido, recorreu-se ao Portfólio que registrava a ludicidade na introdução do conteúdo de matemática que tratava de elementos combinatórios dentro das situações-problemas de raciocínio lógico, utilizada com o objetivo de mostrar a prática com o conteúdo. Em um desses momentos foi solicitado junto aos alunos que desenvolvessem estratégias de várias maneiras em quantas vezes era possível cada aluno apertar a mão dos colegas. Como pode ser observado na imagem que segue:



FOTOGRAFIA 1 – Possibilidades combinatórias em situações-problemas de raciocínio lógico.

FONTE: Edna Oliveira da Paz, 2010.

A atividade foi desenvolvida em grupo, pois necessitava obter resultados para compreender melhor o conteúdo, após esse momento os alunos individualmente resolveram situações semelhantes, todas as atividades desenvolvidas em sala de aula eram colocadas no mural de atividades como estímulo a aprendizagem. Assim, foram afixados neste mural, e em sequência os resultados obtidos foram transformados em gráficos como meio de utilizar-se a interdisciplinaridade que era permitida pelo conteúdo e com isso estimulou a realização de habilidades matemáticas que como se sabe é uma disciplina pouco apreciada pelos alunos, onde os resultados foram muito satisfatórios dentro da proposta da aula.

Com essa atividade observa-se que a sala de aula é um espaço onde a interação se faz presente e que diferentes experiências, culturas e relações sociais se entrelaçam no dia a dia escolar, construindo uma rica troca de experiências e conhecimentos, sejam esses fatores apresentados de forma positiva ou negativa, o professor precisa estar atento a todos os aspectos contextualizando-os com o cenário educativo e os sentimentos que afloram no ambiente escolar, tudo isso mediado pela construção coletiva dos saberes. O professor muitas vezes precisa estar preparado para situações adversas aos seus planos de aula, onde surgem situações que necessitam sua intervenção, pode-se ver isso quando se utiliza da realização dos trabalhos em grupos, em que determinados alunos já tem seus grupos escolhidos e muitas vezes segregando saberes diferenciados ora mal compreendidos para alguns alunos, e assim rotulando alguns alunos, é preciso mostrar que a afetividade é necessária no ambiente escolar

e que a aprendizagem necessita desse fator para descobrir novos conhecimentos através de grupos.

A esse respeito Lima apud Valdez afirma que:

A sala de aula é um espaço de vivência, de convivência e de relações pedagógicas, espaço constituído pela diversidade e heterogeneidade de idéias, valores e crenças. Assim, é impregnado de significado, é espaço de formação humana, onde a experiência pedagógica – o ensinar e o aprender – é desenvolvida no vínculo: tem uma dimensão histórica, intersubjetiva e intra-subjetiva (2002, p.24).

Com base no que afirma o autor, a afetividade é um campo onde todas as emoções são afloradas relacionando-se diante das aprendizagens e como resultado é possível ter a aquisição de diferentes conhecimentos, e que estes por processos individuais ou em grupos se desenvolvem através do convívio humano. O professor precisa trabalhar os conteúdos curriculares, sem esquecer-se de interligar a fatores que são fundamentais para a formação do cidadão.

No segundo aspecto observado o uso do livro didático como instrumento de aprendizagem, assim, durante o período do estágio, foi possível perceber que os alunos apresentavam dificuldades na utilização do livro didático, em uma das atividades realizadas como o instrumento, foi solicitada a resolução de uma atividade em um período curto de tempo, após passar este tempo, todos os alunos ainda permaneciam escrevendo e daí foi feita uma intervenção para saber o motivo da demora, uma aluna respondeu apresenta o seguinte relato:

Nós temos o costume de escrever todo o exercício do livro, por isso que a gente demora tanto, nossa professora não aceita só as resposta ela manda copiar tudo que esta no livro. (DIÁRIO DE CAMPO, dia 23/08/2010).

É possível perceber que a utilização do livro didático é o único recurso disponível ao professor, como instrumento de aprendizagem, e com isso espera do livro didático e do aluno que ocorra aprendizagens apenas pelo seu manuseio ou transcrição de conteúdo. No entanto, a realidade é que a maioria das escolas tem no livro didático o único instrumento de apoio do professor e que se constitui numa importante fonte de estudo e pesquisa para os estudantes.

A esse respeito Frison e Bernadi apud Lopes afirmam que:

Atualmente, os livros didáticos representam a principal, senão a única fonte de trabalho como material impresso na sala de aula, em muitas escolas da rede pública de ensino, tornando-se um recurso básico para o aluno e para o professor, no processo ensino-aprendizagem. (2007, p. 208)

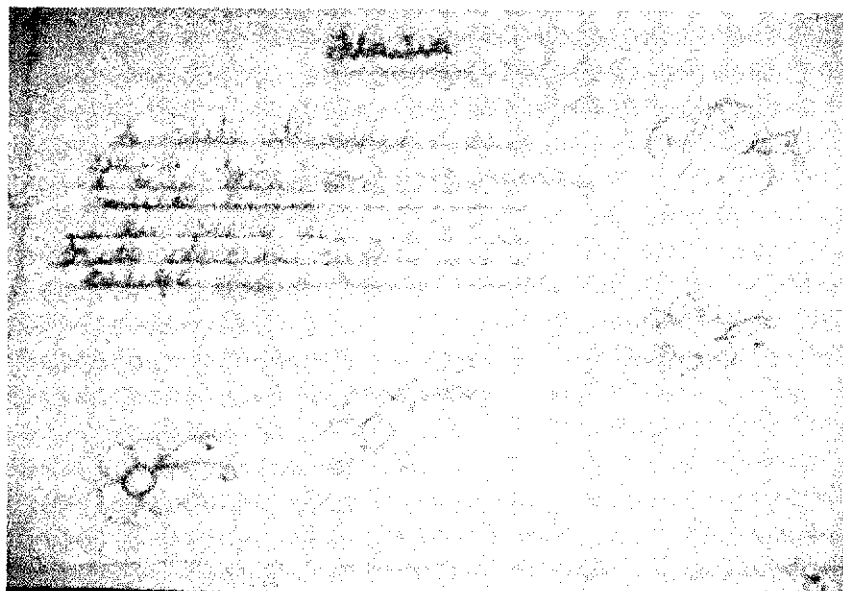
O professor necessita compreender a importância do livro didático, e com um olhar mais clínico, analisar as limitações próprias dos livros, que por seu caráter genérico, muitas vezes, não podem contextualizar os saberes específicos para atender às problemáticas locais. Daí a importância do professor em complementar e adaptar as atividades proposta pelo livro e conferindo a ele a importância devida dentro da aprendizagem dos alunos. Durante o estágio percebe-se que mesmo com todo preparo e atenção produzida pelo professor é comum os alunos terem dificuldades para a realização de algumas atividades como, em que podemos citar a produção de texto, e com isso revelou as dificuldades com a escrita apresentadas pelos alunos.

Outro aspecto importante foram as dificuldades na escrita observadas nos alunos, assim, durante o estágio a grande maioria precisaram de uma intervenção mais eficaz em seu processo de escrita, entendendo que os transtornos de aprendizagem compreendem a falta de habilidade específica dentro da leitura e escrita em alunos que apresentam resultados abaixo do esperado para o nível de desenvolvimento no qual eles se encontram.

De acordo com Rodrigues apud Scoz afirma que:

Os problemas de aprendizagem não são restringíveis nem a causas físicas ou psicológicas, nem a análises das conjunturas sociais. É preciso compreendê-los a partir de um enfoque multidimensional, que amalgame fatores orgânicos, cognitivos, afetivos, sociais e pedagógicos, percebidos dentro das articulações sociais. Tanto quanto a análise, as ações sobre os problemas de aprendizagem devem inserir-se num movimento mais amplo de luta pela transformação da sociedade. (1994, p. 22).

O processo ensino-aprendizagem se concretiza quando o aluno dá significados aos conhecimentos em um saber pessoal, único, que acontece de forma diferenciada em cada sujeito na sua totalidade, e que esses alunos com dificuldades não crianças incapazes, eles se apresentam com uma dificuldade maior frente a sua aprendizagem. Muitas vezes refletidas em seus resultados escolares. Como é possível observar pela seguinte imagem:



FOTOGRAFIA 2 – Atividades de produção de texto
FONTE: Edna Oliveira da Paz, 2010.

A aluna apresenta em sua redação erros ortográficos dificultando assim sua escrita e compreensão no que ela quer expressar. A escola desempenha um papel fundamental para reverter situações como essa. Alguns métodos inadequados utilizados em sala de aula, a postura dos professores frente aos problemas, algumas atitudes básicas têm efeitos exitosos com esses alunos, como a forma que o docente conduz sua prática e amor pela profissão, quando o professor ensina com prazer o aluno também aprende com prazer.

O terceiro aspecto relevante que foi observado é a forma como a avaliação é vista pelos alunos, e sua importância na construção dos conhecimentos que vislumbra a aprendizagem de forma contínua, analisando o desenvolvimento cognitivo de cada um. A esse respeito:

A avaliação, diferentemente da verificação, envolve um ato que ultrapassa a obtenção da configuração do objeto, exigindo decisão do que fazer com ele. A verificação é uma ação que “congela” o objeto; a avaliação, por sua vez, direciona o objeto numa trilha dinâmica da ação. (LUCKESI, 2002, p172).

A avaliação da aprendizagem não tem um conceito pronto e acabado, esse instrumento que está presente na aprendizagem tem o intuito de diagnosticar o começo, o durante e o fim de todo o processo de aquisição do conhecimento, para que a partir de então possa progredir

no processo didático e retomar o que foi insatisfatório para o processo de aprendizagem dos educandos.

O Sistema Educacional Brasileiro, em vários momentos, se depara com a avaliação classificatória com o objetivo de verificar aprendizagem ou habilidades através de medidas, de quantificações. Este tipo de avaliação se objetiva que os educandos aprendam do mesmo modo, nos mesmos momentos, desencadeando competências isoladas. Ou seja, algumas, pessoas que por inúmeras razões ou fatores têm melhores condições de aprender, aprendem mais e melhor. Alguns educandos não atendem a determinadas características em relação a suas aprendizagens dentro das disciplinas e com isso se desenvolvem pouco dentro do processo e que muitas vezes são excluídos.

O processo avaliativo estará sempre presente, não importando a norma ou padrão pela qual se baseie o modelo educacional. O professor e até mesmo a unidade escolar não tem como fugir da aplicabilidade desse instrumento, em que muitas vezes tomando-se eficaz naquilo a que se propõe que é o melhor ressaltado dentro do processo educativo.

Ressalta que a prática escolar usualmente denominada avaliação da aprendizagem pouco tem a ver com avaliação. Ela se constitui muito de mais de provas/exames do que de avaliação. (LUCKESI, 2002, p 89)

O professor em parceria com a Escola precisa elencar e produzir instrumentos avaliativos diversificados que tragam oportunidades ao educando dentro dos objetivos de aprendizagens é preciso ter clareza para que os resultados sejam obtidos.

Em vivência durante o estágio, muitos acontecimentos foram se demonstrados pelos alunos. Apresentavam um interesse muito gratificante, principalmente nas últimas aulas. Trabalhou-se aula prática de informática, pela necessidade em que a turma apresentou em não saber utilizar o laboratório existente na escola, e assim se deu como forma de contribuir para a formação do cidadão e inserir o aluno na era digital.

Refere-se a esse contexto, os procedimentos para o desenvolvimento das atividades propostas, como pode ser observado no registro a seguir:

A aluna de informática foi toda planejada em simetria conteúdo de matemática, foi afixado um cartaz no laboratório para uma melhor orientação como também atingir os objetivos proposto, com isso os alunos estão em êxtase, devido à experiência que estavam vivenciando, alguns emocionados outros alegres, pois para alguns, aquela estava sendo a primeira vez que vivenciava aulas no laboratório, a aula teve seus

objetivos atingidos, e todos relataram que tinham compreendido de forma até mais fácil o conteúdo. Vindo desmistificar que era possível trabalhar a matemática ligada a informática. O desenvolvimento dessas atividades requer habilidade e planejamento e muita paciência, pela pressa que os alunos expressavam em compreender os fatos. (DIÁRIO DE CAMPO, dia 30/08/2010).

O objetivo da aula não era diagnosticar nem quantificar a aprendizagem dos alunos em informática, mas motivá-los ao uso mais constante do laboratório como ferramenta de aprendizagem, observação narrada no Diário de Campo. Os alunos apresentam condições mais flexíveis para a construção de conceitos, de conhecimentos voltados para a realidade, basta que sejam oferecidas condições favoráveis para o desenvolvimento da aprendizagem.

Neste contexto, reporta-se a aula de informática uma das atividades realizada durante o estágio, na qual o raciocínio lógico era preciso para resolver as atividades de simetria, a atividade desenvolvida foi o jogo dos sete erros analisando a simetria das imagens. Como pode ser observada nas imagens a seguir:



FOTOGRAFIA 3 – Atividades de simetria no laboratório de informática.
FONTE: Edna Oliveira da Paz, 2010.

É importante aqui mencionar mais uma vez a importância do estágio supervisionado, para que sejam vivenciadas experiências práticas dentro do contexto da aprendizagem, dessa maneira o docente estagiário tem a oportunidade de analisar e criar alternativas mais significativas dentro da sala de aula, sem separar a teoria da prática. Nessa perspectiva,

desenvolveu-se com os alunos desde o primeiro dia de aula o mural do conhecimento, no qual todo o dia após a realização das atividades pedia-se aos alunos que descrevessem o que a aula havia significado para eles, se haviam aprendido ou não os conteúdos, se sentiram dificuldades e o que realmente aprenderam, em seguida, deveria colocá-las no mural de conhecimentos. Como pode ser observada na imagem a seguir:



FOTOGRAFIA 4 – Mural das atividades trabalho durante o Estágio.
FONTE: Edna Oliveira da Paz, 2010.

O mural do conhecimento permitiu avaliar os alunos como também ser avaliada, nas leituras feitas foi adaptando e melhorando os planos de aula de acordo com a necessidade que a turma apresentava a cada aula aplicada os alunos davam depoimentos que motivou a melhorar os planos, o caso das dinâmicas, sentiu-se a necessidade de fazer em todas as aulas por que ficou evidenciado que a introdução dos conteúdos através das dinâmicas facilitava a aprendizagem dos alunos, motivando-os a descobrir o saber do conhecimento. Com esse objetivo ligar teoria e prática como subsidio a aprendizagem, exige do professor não só planejamento, na confecção de materiais didáticos, da elaboração de atividades mais dinâmicas, remete o docente a ter um olhar mais crítico nas fragilidades apresentadas durante aula, e uma intervenção significativa no processo de ensino-aprendizagem.

Essa experiência alertou para a fundamentação teórica e a prática daquela vivência, que foi muito significativa, deu-se uma contribuição singela no aprendizado da turma, e que também contribuiu de forma muito singular na formação profissional.

Desta forma, a experiência do estágio foi uma experiência gratificante nessa caminhada como docente como também no melhoramento como ser humano, onde suas dúvidas, medos, aflições também eram partilhadas, com isso mesmo com toda a apreensão do desafio proposto pela disciplina, fica a lição que o impossível é a próxima etapa a ser vencida.

CONCLUSÕES

Adentrar no mundo escolar tão presente na vida de várias pessoas, porém tão cheio de particularidades para compreendê-lo, onde não há caminhos definidos a percorrer, mas que vão sendo construídos no dia a dia, permitindo a construção de novos conhecimentos e concepções. Assim, a procura de respostas, mais indagações foram provocadas do que mesmo respostas encontradas. O sujeito constrói-se a partir das relações entre um mundo externo, estruturado pela cultura e pelas condições históricas, e por um mundo interno, não somente no aspecto cognitivo, social e principalmente no afetivo, que envolve sentimentos, portanto, é extremamente importante aproveitar essas relações na prática educativa.

O mundo escolar é um espaço essencialmente dinâmico onde é possível viver todas as relações, e que sua principal virtude é a de mediar o conhecimento, possibilitar ao educando o acesso e a reconstrução do saber, e que a transmissão dos conhecimentos se dá na interação entre pessoas.

Diante deste estudo, foi possível perceber que a escola inclusiva não é feita de teorias, as ações são mais necessárias, por que vai possibilitar ao educando o aprendizado necessário a sua formação. A construção de uma escola inclusiva deve ser compreendida como um projeto coletivo, que passa por mudanças desde sua arquitetura até o projeto político pedagógico.

A formação dos profissionais também é um fator decisivo, para uma escola inclusiva é através dessa ação que o docente lança um olhar mais compreensivo e humano dentro das potencialidades dos alunos, garantindo assim o sucesso da aprendizagem.

A partir da temática aqui discutida é possível observar que a educação de qualidade, proposta pelos sistemas educacionais encontram algumas barreiras dificultando a existência de uma escola para todos. A sociedade tem papel decisivo dentro do processo de inclusão, a partir do momento que ela deixar de segregar os deficientes e até mesmo de inferiorizá-los no processo educacional, a inclusão emerge naturalmente. Dentro da perspectiva de uma educação para todos, a escola precisa enfrentar esse desafio para uma democratização escolar, tornado assim como condição essencial enfrentar esses desafios para que a promoção de oportunidades permita a convivência com a diversidade e as singularidades de cada um.

No período do estágio, que foi um momento de aprendizagem ímpar tornando indispensável a todo profissional que deseja vivenciar os desafios da sala de aula, é neste momento que se tem a oportunidade de colocar em prática todos os aportes teóricos, para compreender as especificidades da profissão e conhecer a realidade do dia-a-dia.

O aprendizado pedagógico é muito mais rico quando é adquirido por meio das experiências, sendo possível notar que algumas teorias não se aplicam a determinadas situações, sendo necessário fazer adaptações de acordo com a realidade, e com isso o êxito entre teoria e prática acontece de forma mais eficaz.

É no estágio que o docente faz o ajuste necessário, identificando falhas, e aprimorando as mesmas, tornando assim o momento certo para aprender com os erros. Será também possível fazer um comparativo entre a qualidade do ensino que se tem e o que se almeja de acordo com as dificuldades enfrentadas. O estágio supervisionado permite reflexões que envolvem professores e alunos sobre a identidade do docente. Por essa razão que o estágio é compreendido como a parte mais prática da formação, compreendido como uma atividade fundamental e inegavelmente significativa, pois é capaz de dar condições ao docente de estabelecer vias que possibilita a interação mútua entre a Universidade e a Comunidade em que se insere o aluno.

Foram elencadas nesse trabalho alguns aspectos, que demonstram as diferentes faces da aprendizagem dos alunos mediadas pela execução das atividades durante o Estágio Supervisionado em Docência, dessa forma, a experiência do estágio e a elaboração desse trabalho foi uma das experiências que envolveram vários sentimentos mais que tornou-se gratificante e significativo nessa caminhada como docente como também no melhoramento como ser humano.

REFERÊNCIAS

BUENO, Jose Geraldo Silveira. **Diversidade, deficiência e educação**. Revista espaço. Rio de janeiro: INES n° 12, p3-12, julho-dezembro, 1999.

BRASIL, Decreto n° 5.626, de 22 de dezembro de 2005, Regulamenta a Lei n° 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a **Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS**, e o Art. 18 da Lei n° 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da Republica Federativa do Brasil. Brasília. 2005.

BRASIL, Lei n° 9.394-96 de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. MEC/SEF.1997.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares/Secretaria de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1998.

CAMPOS, Maria de Lourdes. **Estágio e (re) significação da formação do pedagogo**. In: OLINDA, Ercília Braga de, FERNANDES, GONÇALVES, Dorgival (orgs). **Prática e aprendizagens docentes**. Fortaleza: UFC, 2007.

DAMÁZIO, Mirlena Ferreira Macedo. **Atendimento Educacional Especializado**. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

FELTRIN, Antonio Efro. **Inclusão social na escola: Quando a pedagogia se encontra com a diferença**. 3 ed. São Paulo: Paulinas. 2006.

FONTES DOCUMENTAIS: Diário de Campo de 19 de Agosto de 2010 a 30 de Agosto de 2010; Portifólio – Arquivo dos Planos de Aula e das Atividades realizadas no Estágio Supervisionado em Docência, de 19 de Agosto de 2010 a 30 de Agosto de 2010.

FRISON. Marli Dallagnol. BERNARDI. Fernanda Naimann. Livro didático como instrumento de apoio para construção de propostas de ensino de Ciências naturais: Disponível em: www.fae.ufmg.br/abrapec/viempec/7enpec/pdfs/425.pdf. Acesso em 17/11/10

GUATEMALA, Convenção Interamericana Para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Pessoas Portadoras de Deficiência. Assembléia Geral: Espanha, 1999.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP, Alínea, 2001.

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda: Linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionistas.** São Paulo: Plexus editora. 2001.

LIMA, Conceição Aparecida Fernandes. **A relação afetividade-aprendizagem no cotidiano da sala de aula: Enfocando situações de conflito.** Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt13/t132.pdf>. Acesso em 17/11/10

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições.** São Paulo: Cortez. 2002

MANTOAM, Teresa Maria Egler. **Integração X inclusão, educação de qualidade para todos.** Porto Alegre, Revista Pátio, a 5.p-48-51, 1997.

MATOS, Kelma Socorro Lopes de. VIEIRA, Sofia Lerche. **Pesquisa Educacional: o prazer de conhecer.** 2 ed .Fortaleza: ED. UECE/ Fundação Demócrito Rocha.2002

PIMENTA, Selma Garrido (org). **Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectivas.** São Paulo: Cortez, 2002.

PIMENTA, Selma G. LIMA, Maria Socorro L. **Estágio e Docência.** São Paulo. Cortez Editora. 2004.

PERLIN, Gladis T.T. Identidades Surdas. IN: SKLIAR, Carlos (org). **A surdez: um olhar sobre as diferenças.** 3 ed .Porto Alegre: Mediação, 2005.

RODRIGUES, Judite Filgueiras. **Diagnóstico psicopedagógico na escola.** Disponível em: <http://www.meuartigo.brasile scola.com> > Pedagogia. Acesso em 17/11/10

SANTOS, Jurandir dos. **História oral, fontes documentais e narrativas como recursos metodológicos na educação.** In: III Seminário de Educação: Memórias, Histórias e Formação de Professores. São Gonçalo, 2007. Disponível em: <http://www.zonadigital.com.br/redes/adm2/bib/HIST%C3%93RIA%20ORAL,%20FONTES%20DOCUMENTAIS%20E%20NARRATIVAS%20COMO%20RECURSOS.pdf>>. Acesso em: 20/11/10

SILVA, A. A. **A surdez e a pessoa surda: revisão e tópicos básicos.** In: CICCONE, M. Comunicação Total. 2. ed. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1996.

SKLIAR, Carlos. (Org.) **A surdez.** Um olhar sobre as diferenças. 3ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

THOMA, Adriana. Surdo: esse “outro” de que fala a mídia. IN: SKLIAR, Carlos. In: **A Surdez: um olhar sobre as diferenças.** Porto Alegre: Mediação, 2005

UNESCO -**DECLARAÇÃO DE SALAMANCA** sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais. Espanha. 1994.